

A EVOLUÇÃO DO POLICIAMENTO OSTENSIVO SUA EXECUÇÃO NA CAPITAL

• Marco Antônio Gomide Reis, Maj PM

1. INTRODUÇÃO

Para compreendermos o desenvolvimento do Policiamento Ostensivo, executado pela Polícia Militar em nosso Estado, é necessária uma referência à sua evolução histórica.

Nossa Corporação, desde há muitas décadas, tem cumprido a sua missão constitucional de mantenedora da Ordem Pública. (1) Dessa forma a evolução do Policiamento Ostensivo acompanha o próprio desenvolvimento da Polícia Militar, no aprimoramento de métodos, na formação de doutrina, nos diversos níveis de planejamento e, sobretudo, numa vontade muito grande de atender aos anseios de segurança das comunidades e dos cidadãos de nosso Estado.

Vários fatores influenciaram direta ou indiretamente essa evolução, às vezes de forma lenta, às vezes acelerando o processo. A maioria deles, entretanto, impulsionando a Polícia Militar para uma de suas atividades principais — O POLICIAMENTO OSTENSIVO. Dentre esses, podemos citar: a formação militar do nosso homem e seu elevado grau de disciplina; as experiências vividas pela nossa milícia nas Revoluções de 24, 30 e 32; o intercâmbio com organizações policiais congêneres, inclusive no exterior; a revolução democrática de 1964; os Decretos-lei 317, 667, 1.072 e 2.010; a evolução do índice de violência e criminalidade; fatores de ordem sócio-econômica.

Alguns dos fatores mencionados determinam completas mudanças na estrutura e na organização da nossa PM. Sobre esses iremos discorrer rapidamente no momento oportuno.

(1) A missão constitucional da Polícia Militar está muito bem delineada no trabalho de autoria do Ten Cel Euro Magalhães, intitulado «A Missão da Polícia Militar», publicado na revista O Alferes n.º 02.

Marco Antônio Gomide Reis — Possui o curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Corporação e de Técnica de Ensino do Exército Brasileiro. Atualmente é o Comandante do Centro de Formações de Oficiais da APM/PMMG.

Visando a um tratamento mais didático do assunto, dividiremos essa evolução em três fases, tendo em vista, principalmente, os acontecimentos relevantes que a delinearam.

No decorrer de nossa exposição fixamo-nos mais em acontecimentos que envolvem a Capital, fazendo uma alusão mais ligeira à evolução do Policiamento Ostensivo no interior do Estado que, desde épocas remotas, foi sempre executado pela nossa Corporação. Justificamos tal procedimento, considerando-se a maior repercussão dos eventos aqui ocorridos, inclusive para o delineamento de uma doutrina, irradiada com mais facilidade, por toda a Corporação.

2. FASES DA EVOLUÇÃO

a. Fase Inicial

O retorno da nossa Polícia Militar no Policiamento Ostensivo, de forma sistemática, na Capital, somente veio a ocorrer a partir da década de 50, quando o então Comandante Geral Coronel Nélcio Cerqueira Gonçalves, criou a 22 de julho de 1955, uma COMPANHIA DE POLICIAMENTO, anexa ao Batalhão de Guardas, com a missão de executar o POLICIAMENTO OSTENSIVO na Capital do Estado. (2)

A Companhia de Policiamento teve como primeiro comandante o então Capitão Antônio Norberto dos Santos, que acumulava essas funções com as de Superintendente de Policiamento Ostensivo. Oficial dedicado, entusiasta da fixação nesta atividade e detentor de alto grau de profissionalização, foi o responsável direto pelo sucesso alcançado pelas duplas de soldados lançados nas ruas de Belo Horizonte a partir de 20 de agosto de 1956.

“O DIÁRIO”, de terça-feira, de 21 de agosto de 1956, estampava em suas páginas a notícia do novo serviço executado pela Polícia Militar com a seguinte manchete:

“Desde ontem Belo Horizonte tem seus “Cosme e Damião”

DUPLAS DE MILITARES PARA O POLICIAMENTO DA CIDADE — ENTRARAM EM AÇÃO OS SOLDADOS DO B.G., ESPECIALMENTE TREINADOS — SOLENIDADE DE INSTALAÇÃO DO NOVO SERVIÇO”

(2) Criada originariamente no Batalhão de Guardas (BG), a Companhia de Policiamento foi instalada provisoriamente em dependências do Departamento de Instrução (DI), por falta de acomodações naquela Unidade. Posteriormente, em 1.º de março de 1956, transferiu-se para as instalações do futuro quartel do BG (onde hoje funciona o Batalhão de Choque). Em 6 de março de 1956 a Companhia de Policiamento foi transferida para o 5.º BI, mas permanecendo nas instalações do BG no Bairro Prado.

S L

O novo policiamento organizado nos moldes dos famosos "Cosme e Damião" do Rio de Janeiro (3), foi muito bem recebido pelas autoridades, pelo povo e pela imprensa em geral.

Nos anos subsequentes, o desenvolvimento do Policiamento Ostensivo não foi tão rápido, em razão de circunstâncias desfavoráveis da época. Apesar disso, no interior do Estado, esse continuava sendo executado, normalmente, nas grandes e pequenas cidades, pelos nossos policiais-militares destacados. No interior, eram comuns as patrulhas nos locais considerados de risco, como zonas boêmias, estações rodoviárias e ferroviárias, além de policiamentos dos campos de futebol, das festas religiosas e de outros eventos especiais nas respectivas comunidades. Enquanto isso, na Capital o 5.º BI executava a atividade de Policiamento Ostensivo Geral e o BG executava o Policiamento de Guardas, com destaque para a guarda dos palácios do Governo. O RCM (atual Regimento de Polícia Montada — RPMont) tinha o encargo de alguns destacamentos próximos à Capital.

Na realidade, durante um bom período de tempo, apenas o 5.º BI executava o grosso do Policiamento Ostensivo Geral que lhe valeu a alcunha de Batalhão de Policiamento Ostensivo (BPO). Além do policiamento ordinário, executava-se ainda o policiamento de eventos especiais, muitos dos quais em conjunto com a Guarda Civil (4) e o Corpo de Fiscais de Trânsito então existentes.

Em 1957, o Comando da Polícia Militar, sentindo a necessidade de centralizar todas as medidas de controle e informação sobre o Policiamento Ostensivo na Capital e Interior do Estado, nomeou, em caráter experimental, um Coronel para exercer as funções de SPMO — Superintendente do Policiamento Militar Ostensivo do Estado. (5)

Já entrando na década de 60, a Polícia Militar inicia também o patrulhamento motorizado, através das Patrulhas Volantes (PV). A atuação da PM neste mister, principalmente na Capital, foi de início, um pouco dificultada, pois a existência de serviço semelhante, executado pela Guarda Civil, motivara acirrada disputa entre as duas Corporações já que uma delas, a Guarda Civil, sentia-se prejudicada pela concorrência que lhe fazia a PM.

(3) A denominação «Cosme e Damião» tem sua origem nas duplas de soldados assim identificadas, carinhosamente, pelo povo da cidade do Rio de Janeiro, numa alusão aos santos mártires e gêmeos, originários da Arábia, que praticavam a Medicina em Agéia e nada recebiam pelo seu trabalho. O efetivo inicial lançado na modalidade de patrulhamento em duplas foi de 60 soldados, cobrindo o horário de 18:00 às 06:00 horas (4.º e 1.º turnos atuais).

(4) A Guarda Civil foi criada pela Lei n.º 380 de 27-08-1904 e regulamentada pelo Decreto 2.654 de 30-10-1909. Foi criada com a finalidade de auxiliar a Polícia Militar no Policiamento Ostensivo.

(5) A SPMO foi criada em 29 de janeiro de 1957.

Um outro avanço nesta fase surge com o lançamento de cães adestrados na execução de serviços policiais. (6)

A partir de 1964, a direção, a coordenação e o controle de todo o Policiamento Militar Ostensivo da Capital e do interior do Estado é atribuída à Diretoria de Policiamento Militar — DPM. (7) São criados os Postos Policiais de Observação — PPO e são fixados os setores de atuação do serviço de “POLÍCIAMENTO DE ÁREA” a ser desempenhado pelas tropas do BG, 5.º BI e RCM, na zona suburbana da Capital.

Nessa fase, destacamos ainda o lançamento pelo 5.º BI de uma Cia no Policiamento Escolar, fato que teve grande repercussão na época. Essa Cia executava o Policiamento Escolar de 2.ª a 6.ª feira, e, nos fins de semana e feriados, era utilizada no policiamento de eventos especiais, mormente jogos de futebol e bailes.

Os fatos ocorriam de uma forma mais ou menos natural, quando, em 1967, surgiu o Decreto-lei n.º 317, discriminando, com detalhes, a competência das Polícias Militares e criando a Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM). Esse acontecimento, que encerra o que chamamos de fase inicial, surge como presságio de futuras e profundas mudanças na Corporação.

b. Fase Intermediária

Essa fase, que muito propriamente poderíamos denominar fase de transição, vem modificar totalmente a situação então reinante. A Polícia Militar vinha, aos poucos, tentando recuperar seu terreno, na execução do Policiamento Ostensivo. Com o advento do Decreto-lei n.º 667, de 02Jul69, e mais tarde com o Decreto-lei n.º 1.072, de 30 de dezembro de 1969, readquire a exclusividade para executar toda a missão do Policiamento Ostensivo fardado em nosso Estado.

Temos, então, um engajamento efetivo da PM no policiamento ostensivo. O primeiro esforço, a nível da Capital, surge com o Plano de Policiamento Ostensivo Metropolitano (PPOM), atribuindo a todas as Unidades da Capital — BG, 5.º BP, 13.º BP e RCM — missões de policiamento ostensivo.

A PM assume todos os tipos de policiamento ostensivo, como estava previsto, ocorrendo a desativação da Guarda Civil, Corpo de Fiscais de Trânsito e da Polícia Rodoviária do DER.

A Missão da PM e as normas para execução do Policiamento Ostensivo são consolidadas em um documento de grande importância. São editadas, em 05Jan70, as Diretrizes de Policiamento Ostensivo (DPO/70),

(6) O então serviço de cães, pertencia à 4.ª Cia do 5.º BI (BPO), isto em 1961. Posteriormente tornou-se um serviço independente, ligado diretamente à Diretoria de Policiamento Militar (DPM). Em 1977, foi transferido para o 1.º BPM e, atualmente, pertence ao BPChq.

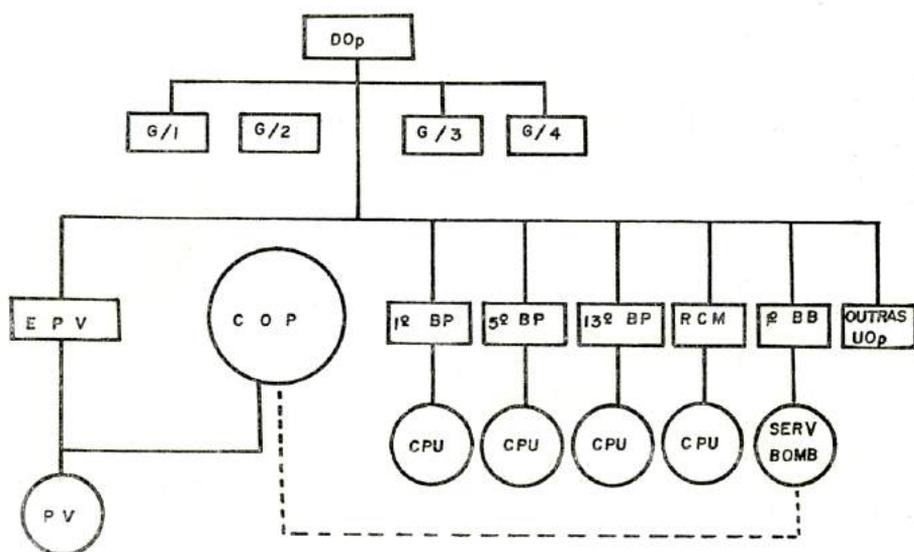
(7) A DPM substituiu a SPMO e centralizava, com exclusividade, toda a ação policial no âmbito da PM. Basta lembrar que o lançamento de policiamento feito pelas Unidades deveria receber a respectiva homologação daquela Diretoria.

com a finalidade de estabelecer normas para a execução dos serviços policiais a cargo da Polícia Militar e fixar critérios para o seu desempenho.

A partir das DPO/70, a comunidade operacional passa a ter uma terminologia própria. São estabelecidos mecanismos de controle e critérios para o lançamento do policiamento ordinário. Como resultado, temos um maciço lançamento de efetivos nas ruas de Belo Horizonte.

Nesse período, já temos a existência da Diretoria de Operações (8) com as atribuições de estabelecer orientação, coordenação e controle da execução do policiamento ostensivo na Capital e no interior do Estado.

O sistema de comando e coordenação do Policiamento Ostensivo era exercido pela DOP conforme demonstra o organograma abaixo:



(8) A DOP, criada em 1969, substituiu a DPM, exercendo basicamente as mesmas funções daquela, porém, de forma mais eficaz, haja vista os mecanismos de coordenação e controle colocados à sua disposição.

Em 1972, tivemos a criação do BRP, Unidade com especialização na execução do policiamento ostensivo motorizado, passando a DOp a contar com mais uma Unidade Operacional.

No início de 1973, são delimitadas novas áreas ao BG, 5.º BPM, 13.º BPM e RCM, sendo ainda estabelecidos novos critérios de planejamento e execução do policiamento ostensivo na Capital, modificando em parte as DPO/70.

Nesse período começa também a haver um escasseamento de efetivos para cobrir todas as atividades assumidas pela Polícia Militar, pois a extinção da Guarda Civil, Corpo de Fiscais de Trânsito e Polícia Rodoviária Estadual não implicou em acréscimo de efetivos, mas, sim, de atribuições. Concomitantemente, o crescimento demográfico da Capital começa a trazer problemas de ordem sócio-econômica, refletindo um aumento de criminalidade.

O fenômeno foi detectado e a PM começa a articular novos métodos para fazer face ao problema. Já no final de 1973 surge a denominada “Operação Presença”, cuja finalidade era combater o aumento da criminalidade na Capital. Consistia na atuação de uma fração de valor pelotão, nas horas de maior movimento e nos locais de maior probabilidade de delinqüência, com demonstração de presença e força. (9) A operação obteve sucessos esperados, todavia devido a falta de efetivos, que impossibilitavam uma continuidade no serviço foi sendo desativada, até sucumbir-se.

Em 1974, numa tentativa de melhorar a execução do Policiamento Ostensivo na Capital e Interior, surgem dois importantes documentos — Plano Geral de Policiamento Ostensivo no Estado (PLAGEPOE) e Plano Integrado de Policiamento da Capital (PIPOCA). O primeiro regulando a conduta global do Policiamento Ostensivo no Estado e o segundo, com a mesma finalidade, visando a Capital do Estado. Referidos planos não revogam as DPO/70 na sua totalidade, mas apenas naquelas orientações que conflitavam com as normas neles inseridos. Apesar disso, não obtiveram os resultados esperados.

Em 1975 a Lei de Organização Básica (LOB) cria o Comando de Policiamento da Capital, Comando de Policiamento do Interior e Comando do Corpo de Bombeiros. Entretanto, somente a partir do 1.º semestre de 1976 são instalados, em caráter experimental e provisório, o CPC, CPI e o CCB. Estes novos órgãos substituem a DOp e assumem respectivamente as funções pertinentes a cada um, conforme previsto na LOB (Lei n.º 6.624, de 18Jul75).

A situação de insegurança na Capital, àquela altura, já preocupava. Nos centros comerciais, a ação de malfeitores era intensa, mormente

(9) Para execução da «Operação Presença», cada uma das Unidades Operacionais — 1.º, 5.º, 13.º BPM e RCM dispunham de 01 Pel de Operação Presença (Pel OP) que atuava às 6.ªs feiras, sábados e vésperas de feriados e dias santificados em suas áreas de responsabilidade operacional.

nos crimes contra o patrimônio e contra a pessoa. Tal situação motivou, já no final de 1976, o desencadeamento de operações policiais, objetivando obstaculizar a ação dos marginais, principalmente no centro comercial e em alguns bairros da periferia. A PM havia incorporado à sua frota alguns microônibus, que proporcionaram a realização da "Operação Presença", porém sob a nova forma e nova orientação. (10)

Assim, já no Natal de 1976, a população de Belo Horizonte sentiu uma nova forma de proteção, que consistia na intensificação do policiamento ostensivo no centro comercial, nos horários de maior movimento, principalmente 2.º e 3.º turnos, além do lançamento da Operação Presença, diariamente, em bairros da periferia, em atendimento a planejamentos particulares das Unidades envolvidas.

Os resultados no novo tipo de "Operação Presença" foram benéficos. Entretanto, mais uma vez fatores negativos influíram, entre eles, o principal, a falta de efetivo, provocando constantes reduções nos pelotões de Operação Presença, até chegar ao ponto de desativá-los.

Nesta fase intermediária, ou de transição, a PM passou a conviver com todos os problemas policiais, tanto na Capital, quanto no interior. Foi uma fase difícil. Enquanto as estatísticas acusavam um aumento no índice de violência, simultaneamente, a Corporação vivia um período marcado pela escassez de recursos materiais e humanos.

A partir de 1978, começam a ocorrer novas mudanças na PM. Surge uma nova articulação operacional e o Batalhão de Radiopatrulha (BRp), até então Unidade especializada no processo de policiamento motorizado, passa também a ter uma área de responsabilidade operacional.

Neste período, no final de 1978, surge um novo documento normativo, destinado a operacionalizar as atividades de policiamento ostensivo, tanto na Capital, quanto no Interior. Surgem as DIRETRIZES PROVISÓRIAS PARA DINAMIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES. Estas diretrizes determinaram profundas mudanças em termos de fiscalização, controle e supervisão das ações e operações de manutenção da ordem pública. A partir delas, pudemos sentir uma nova realidade de emprego dos nossos efetivos na atividade-fim, inclusive, com o lançamento dos oficiais no controle direto das operações, na supervisão e fiscalização das operações.

Estas diretrizes, praticamente, dão início à fase atual no quadro de evolução do policiamento ostensivo.

(10) Apenas os 1.º e 5.º BPM executavam a Op Presença; o 1.º BPM atuava inclusive na área do 13.º BPM, no 4.º turno; o BPTran, o BPRp, o Pel Cães e o RPMont apoiavam diretamente as operações do 1.º e 5.º BPM, enviando frações para atuação em conjunto, de acordo com os planejamentos respectivos; de 2.º a sábado eram lançados no centro da cidade — 2.º e 3.º turnos, pelos 1.º e 5.º BPM.

c. Fase Final

Iniciamos então a década de 80 com uma nova articulação operacional, onde o 1.º BPM, o 5.º BPM, o 13.º BPM e o 16.º BPM constituem Unidades Operacionais subordinadas ao CPC, com áreas de responsabilidade definidas. O BPTran continua como Unidade especializada. O BPChq (11) e o RPMont passam a constituir-se reserva tática do CPC, para emprego em toda Região Metropolitana de Belo Horizonte — RMBH, de acordo com as necessidades.

Esta nova estrutura operacional veio proporcionar uma nova dinâmica na execução do policiamento ostensivo. Os comandos operacionais, preocupados com o atendimento dos problemas policiais em suas respectivas áreas, procuraram desenvolver novas maneiras de proporcionar segurança às suas comunidades. Dentre essas, podemos citar:

1) Intensificação do policiamento ostensivo a pé nos centros comerciais, onde é grande a afluência do público. Como exemplo, temos os Polígonos Vermelhos. (12)

2) Lançamento do policiamento em bicicletas. Tal processo foi iniciado na Capital pelo 13.º BPM e mais tarde, foi também adotado no 1.º BPM.

3) Lançamento dos PPO — Posto de Policiamento Ostensivo — móveis, instalados em trayllers, sendo pioneiro o 1.º BPM. (13)

4) Descentralização de companhias dos batalhões de área.

5) Lançamento do policiamento ostensivo montado no centro de Belo Horizonte. (14)

6) Lançamento das ROTAM no policiamento ostensivo, na missão de combate à criminalidade violenta.

(11) Após os movimentos grevistas de 1979, sentiu-se a necessidade de criar um Btl de Choque; na Capital havia uma única Cia de Choque, pertencente ao 1.º BPM, e a vinda constante de uma Cia do interior onerava em muito os cofres do Estado. Assim, optou-se pela criação do BPChq, ocorrendo simultaneamente, a desativação do CFAP (Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças).

(12) Originalmente, em 1980, o 1.º BPM criou o que foi denominado QVC e QVS (Quadrilátero Vermelho do Centro e da Savassi, respectivamente). De Quadrilátero evoluiu para o Polígono Vermelho, na implantação de um novo conceito de operação na Capital, servindo o nome para designar a aglutinação de locais de risco.

(13) O PPO da Praça Diogo de Vasconcelos, na região da Savassi, subárea da 4.ª Cia do 1.º BPM foi o primeiro a ser instalado em BH.

(14) Tal serviço iniciou-se com o lançamento de policiamento montado nas filas de ônibus, para solucionar um problema que afligia a população de Belo Horizonte, culminando inclusive com a morte de um operário na disputa por um lugar na fila.

No final de 1981, foi adotado pelo CPC um novo conceito operacional para a execução do policiamento ostensivo na RMBH, visando otimizar a prestação de serviço à comunidade da Capital. (15)

Segundo este conceito o policiamento ostensivo é considerado como uma MALHA PROTETORA distendida por toda a RMBH, visando a Manutenção da Ordem Pública, através de:

- prevenção do delito, numa diuturna ação de presença, obstaculizando oportunidades ou dissuadindo vontade de delinquir;
- repressão dos delitos, coibindo e/ou prendendo os infratores.

O novo conceito estabeleceu ainda um escalonamento de esforços da seguinte forma:

PRIMEIRO ESFORÇO

Consiste na distensão inicial e básica da MALHA PROTETORA sobre a RMBH pelas Unidades de área através de suas subunidades descentralizadas e destacadas, atuando, nos espaços físicos de responsabilidade operacional, no policiamento a pé e/ou motorizado, além da ocupação dos locais de risco, segundo estudos continuados de situação. Este primeiro esforço caracteriza-se pela predominância das atuações preventivas e visam criar na comunidade um clima psicológico de segurança.

SEGUNDO ESFORÇO

Caracterizando o início do recobrimento é cumprido pela própria Unidade de área, que manobrando a sua reserva-tática faz o recobrimento das vulnerabilidades de sua área, através de uma companhia denominada "Tático-Móvel", com o lançamento de operações localizadas (operações presença, batida policial e outras) pelos pelotões de policiamentos especiais e patrulhamento tático-móvel, através dos pelotões motorizados.

TERCEIRO ESFORÇO

É cumprido pelo CPC através do lançamento de suas unidades táticas no recobrimento dos locais críticos, mais sensíveis à delinqüência ou no lançamento em eventos especiais.

QUARTO ESFORÇO

O recobrimento final da malha protetora é realizado pela tropa de Choque motorizada — RONDAS TÁTICAS METROPOLITANAS (ROTAM/BPChq) — na missão de combate à criminalidade violenta, preve-

(15) Posteriormente o Comandante-Geral da PMMG estendeu tal conceito da Malha Protetora a toda MG, atingindo assim UOp interiorizadas.

nindo e reprimindo: assalto à mão armada, homicídio, extorsão mediante seqüestro e outros.

Este conceito tem sido ampliado e aprimorado, principalmente pela incrementação de novos recursos nas Unidades Operacionais. Citamos o caso do Policiamento Motorizado em Motocicletas, com atuação eminentemente preventiva, lançado a partir deste ano (1986), nas subáreas das Companhias.

5. CONCLUSÃO

Em linhas gerais, procuramos mostrar com se proeessou a evolução do policiamento ostensivo em nossa Capital, bem como os fatores, que, segundo nosso entendimento, influenciaram direta ou indiretamente tal evolução.

Não tivemos a preocupação de alongar-nos em detalhes, nem de aprofundar-nos nas questões mais polêmicas, quisemos apenas fixar alguns pontos, que julgamos importantes e, quiçá despertar em leitores mais argutos a vontade para a pesquisa sobre o assunto.

Vimos, inicialmente, principalmente na Capital, nossa Corporação lutando com uma série de obstáculos para conseguir um espaço para executar a atividade de policiamento ostensivo.

A seguir, sentimos a evolução sendo acelerada por força de dispositivos legais — Decreto-Lei n.º 667 e 1.072, que atribuíram à Corporação a exclusividade na execução do Policiamento Ostensivo.

Vivemos atualmente uma fase em que o Policiamento Ostensivo tem sido executado de maneira mais eficaz. Vários fatores têm contribuído para tal, dentre os quais podemos citar a existência de uma maior conscientização da nossa Missão-Fim por toda a comunidade operacional, um maior grau de profissionalização da tropa, e sobretudo, um maior engajamento dos diversos comandos sucessivos na fiscalização, coordenação e controle, nos respectivos espaços físicos de responsabilidade operacional.

Paralelamente estamos vivendo uma fase em que o planejamento nos diversos níveis, estratégicos, tático e operacional, tem possibilitado à Polícia Militar maiores recursos materiais para o cumprimento de sua missão.

A partir daqui, já adentrando na era da informática, podemos antever uma evolução sempre crescente, principalmente porque a atividade de policiamento ostensivo é dinâmica e, como tal, estará sempre a exigir novas técnicas e novas táticas que possibilitem uma melhor prestação de serviços de segurança pública à comunidade e ao cidadão, dentro da idéia-força inserida nas políticas do nosso Comandante Geral, SEGURANÇA COM EFETIVIDADE e de compromisso com os resultados.

Marco Antônio Gomide Reis, Maj PM